



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1303/2025
(à MPV 1303/2025)

Suprima-se o art. 64 da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

A limitação proposta ao uso de créditos tributários no regime de não cumulatividade atua, de forma indireta, como um aumento disfarçado de carga tributária. O crédito em questão é um direito já adquirido pelo contribuinte, que decorre de uma situação em que ele foi tributado mais de uma vez ao longo da cadeia produtiva. Ao restringir a possibilidade de compensação, a proposta impede que esse excesso de tributação seja corrigido, gerando efeito prático de bitributação.

Além disso, a medida enfraquece a segurança jurídica ao deixar margem para interpretações subjetivas sobre a “relação com a atividade econômica”. Em um cenário de cadeias produtivas complexas e interdependentes, é comum que insumos e serviços não estejam diretamente ligados à etapa final do processo produtivo, mas ainda assim sejam essenciais.

A mudança proposta pode levar a um aumento significativo na litigiosidade tributária, eleva os custos de conformidade fiscal e compromete o equilíbrio econômico das empresas. Ao dificultar



o exercício de um direito já consolidado, a medida compromete a confiança no sistema tributário e reduz a atratividade do ambiente de negócios nacional.

Sala da comissão, 16 de junho de 2025.

Deputado Dr. Fernando Máximo
(UNIÃO - RO)

